

manifesto

da

ALIANÇA

ANARQUISTA

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

Completando mais de um ano da publicação do Manifesto da Aliança Anarquista, nos debruçamos sobre esta 2ª edição para fazer alguns comentários acerca do contexto da publicação inicial, bem como atualizações quanto à conjuntura. Nos detivemos às revisões de caráter estético, como ortografia e expressões, evitando ao máximo realizar alterações de conteúdo. Tornou-se cada vez mais nítido para nós que este Manifesto cumpriu sua função, mas já precisa ser substituído por outro documento mais aprofundado e atualizado. De qualquer forma, avaliamos que valeria a pena dedicar atenção para revisar mais esta edição.

A análise de conjuntura apresentada no manifesto segue bastante atual. Apresentávamos, no início de 2015, um cenário de acirramento da luta de classes que indicava uma polarização política cada vez mais aguda e um descrédito generalizado na política institucional. Os altos índices de rejeição na urnas (votos brancos, nulos e abstenções) nos traz em números um pouco deste reflexo, e não é preciso grandes explicações para verificar a polarização política que estamos vivenciando no Brasil neste ano de 2016. Também indicávamos que um novo ciclo de lutas estava se ensaiando e em pouco tempo a eclosão das ocupações das escolas secundaristas em São Paulo tomaram a cena política. Ocupações, greves e manifestações massivas têm marcado o tom da resposta dos trabalhadores e da juventude contra o aumento generalizado do custo de vida e os ataques aos direitos sociais.

A crise do PT surgiu em nossa análise com menor força do que se expressou de fato nas ruas. O projeto político que a classe trabalhadora abraçou nas últimas décadas não apenas ruiu sob seus pés, mas tem gerado reflexos extremamente negativos para todos que defendem a construção da sociedade socialista: a raiva dos trabalhadores contra a traição do partido que prometeu governar para eles, tem se alastrado e atinge todas as insígnias da esquerda de forma geral. A necessidade de uma organização anarquista presente entre os trabalhadores se coloca ainda mais atual, pois é tarefa urgente conter o imenso recuo que estamos enfrentando na consciência de classe.

Outro elemento acerca da conjuntura que é determinante abordarmos neste prefácio diz respeito à intensidade de crítica que o manifesto da Aliança Anarquista se dedica frente aos autonomistas, especificistas e demais agrupamentos de caráter anarquismo como estilo de vida. Em linhas breves, o cenário em que se embrionou o projeto da Aliança Anarquista foi logo após as grandes mobilizações de junho de 2013, dirigidas pelo Movimento Passe Livre, e em meio às intensas greves de trabalhadores que marcaram o ano de 2014. Havia diversos projetos políticos em

intensa disputa entre a esquerda e a necessidade de fundar uma organização anarquista com o caráter da Aliança estava latente e polarizado. O MPL perdeu a direção dos movimentos de junho não apenas porque não queria dirigir a luta, mas porque não podia. A população se levantou por diversas reivindicações que diziam respeito às suas condições de vida e a falta de orientação socialista (de qualquer vertente que fosse) direcionou toda essa força para a ideologia dominante - burguesa e reacionária.

Ali ficou escancarado o distanciamento das organizações anarquistas das lutas amplas da classe trabalhadora e o projeto da Aliança Anarquista, que se encontrava em fase de preparo teórico e programático, não podia mais esperar. Optou-se pelo lançamento prematuro para que tentasse acelerar os passos da consolidação de uma organização anarquista frente à acirrada conjuntura da luta de classes.

Este lançamento antecipado trouxe dificuldades inimagináveis, mas sair do campo das ideias e começar a testar na realidade concreta o programa de luta que se estava elaborando foi determinante. Neste meio tempo se avançou o quanto foi possível em estudos teóricos, sem deixar de lado a intervenção junto aos acontecimentos do país e às lutas que se armaram.

O acúmulo teórico desenvolvido desde o lançamento tornou possível a percepção de que muito deste Manifesto precisa ser revisitado e aprofundado, mas evitamos realizar duras alterações no conteúdo original para que não se perdesse seu valor histórico enquanto documento. Apenas um parágrafo foi retirado por completo no capítulo de divergência com os marxistas, mas nada que alterasse de forma mais profunda a linha argumentativa.

O desafio de forjar um partido anarquista, baseado no método de análise materialista histórico dialético e que componha de fato as diversas fileiras da luta de classes ainda segue atual e tão urgente quanto era no 1º de maio de 2015 em que se lançou este documento. O desafio ainda está colocado e o projeto da Aliança Anarquista segue em construção, certo de que encontrou e seguirá encontrando aqueles lutadores que não hesitarão em assumir a tarefa de se somar a nós.

Construir o anarquismo revolucionário!

Erguer a sociedade socialista!

Aliança Anarquista,

novembro de 2016

INTRODUÇÃO (1ª EDIÇÃO)

Neste 1º de maio tornamos público este manifesto que nasce dos anseios da militância comprometida com a luta de classes. Muito nos angustia o fato de termos que nos lançar no desafio de iniciar uma organização em pleno 2015. Para nós, o hiato existente entre as organizações que fundaram as linhas fundamentais do anarquismo e as atuais organizações conhecidas por esta insígnia é um desafio que precisa ser urgentemente superado. O que pode ser lido como dificuldade passa a ser compreendido por nós como uma oportunidade de, em uma conjuntura de acirramento da luta de classes, recolocar o anarquismo na construção de um programa revolucionário da classe trabalhadora.

Este manifesto não é o primeiro esforço do movimento anarquista em livrar-se do espectro da desorganização e ineficácia, e por isso fazemos coro com os companheiros anarquistas que lançaram em 1926 a Plataforma Organizacional. E, como apresentado desde lá, sabemos que é previsível o quão atacados seremos pelos setores que reivindicam o caótico “anarquismo” individualista e suas filiais. Mas a nossa esperança repousa na classe trabalhadora e na juventude combativa, pois de seu interior nunca faltaram militantes comprometidos com a luta de classes.

As linhas que seguem abaixo abrangem os pontos fundamentais desta organização que chamamos de Aliança Anarquista. São os pontos centrais dos quais partimos e temos acordo prático e teórico, embasados em nossa trajetória política. Sabemos das limitações deste nosso manifesto e que muito ainda está para ser construído, mas também compreendemos que o anarquismo não deve ser visto como uma panaceia que resolverá todos os problemas da vida moderna, mas sim como um projeto que se compromete a levar o conjunto da classe à revolução social, à tomada dos meios de produção e a conformação do poder proletário.

Com isso, convocamos todas as pessoas que queiram alinhar sua vida com o compromisso e a responsabilidade militante de construir e pôr em prática um programa socialista anarquista, para que aceitem o desafio de impulsionar esta organização.

1) CONJUNTURA

1.1) CRISE DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Estamos, novamente, em um momento da história de extrema importância para a luta de classes. Como se observa a partir do percurso da humanidade, a oscilação e a modificação são constantes em seu desenvolvimento; as tempestades e bonanças se alternam, ora propiciando uma condição de calma e estabilidade, ora colocando em relevo as contradições de sociedades específicas. Assim ocorreu com os modos de produção asiático, escravista e feudal, bem como com o capitalista. Entre prosperidades e crises este se desenrolou às custas da classe trabalhadora e contra ela, fazendo da exploração do trabalho alheio seu principal pilar de sustentação. Segue extraindo dos trabalhadores os produtos de sua atividade e atirando sobre estes as consequências das instabilidades econômicas. Assim experienciamos em diversas ocasiões: quando a crise chega, são nossos salários e empregos os afetados imediatamente.

Assim, a situação que vivenciamos no Brasil no presente momento não poderia ser caracterizada de outra forma que a de aprofundamento de uma crise. Ao final do ano passado e no início deste ano, o que se viu foram sucessivos ataques ao conjunto da classe trabalhadora; cada vez mais intensos e agressivos. De um lado, os arrochos salariais e demissões em massa - sejam elas diretas ou por meio de Planos de Demissões “Voluntárias” - e de outro, notamos ofensivas mais difusas, que visam assolar de uma só vez o conjunto dos trabalhadores com o aumento generalizado do custo de vida - expressos principalmente nas contas de água, luz, nas tarifas de transporte público e a tentativa escancarada de pôr fim aos direitos mínimos conquistados com muitas lutas - que encontra no PL 4330, da terceirização, sua expressão mais nefasta.

Todos esses ataques - praticados a partir da articulação orgânica entre Estado e burguesia - nada mais são do que um único golpe que tenta despejar sobre os nossos ombros todo o ônus de uma crise que nós, trabalhadores, não criamos.

Ao mesmo tempo, notamos a instauração da crise a partir da própria intensificação da luta de classes - inerente à sociedade capitalista -, que aparece justamente como reflexo das tentativas cada vez mais explícitas de nos encurralar. Os levantes de junho de 2013, quando os aumentos das tarifas de transporte público foram barrados em diversos estados, podem ser lidos como marco de um crescimento cada vez maior do número de greves que vinham ressurgindo desde meados da primeira década dos anos 2000. A vitória concreta das mobilizações de junho colocou para todos os trabalhadores do país um ponto de visível possibilidade de vitória frente aos ataques que vínhamos

sofrendo e não conseguíamos responder. É justamente por isso que este movimento desencadeou rapidamente diversos outros, que tiveram expressões efetivas na greve dos garis do Rio de Janeiro, do metrô e de professores do município de São Paulo, bem como dos trabalhadores da USP, todas essas ocorridas ainda no ano de 2014. E que ainda já se faz perceber este ano em lutas como a dos professores do estado do Paraná, dos metalúrgicos do ABC paulista e de São José dos Campos, dos operários da Comperj e dos professores do estado de São Paulo. Todas elas marcam uma reorganização da classe trabalhadora e o início de um novo ciclo de lutas intensificadas. A diferença qualitativa das jornadas de 2013 para as lutas de 2015 é o retorno do protagonismo da classe trabalhadora organizada a partir de seus locais de trabalho e por meio de suas próprias organizações históricas - sindicatos, comitês locais e comandos de greve.

Este novo período de acirramento da luta de classes joga por terra todas as teorias acerca da extinção da classe trabalhadora, sob argumento das novas reconfigurações do mundo do trabalho. As greves de terceirizadas dos setores de limpeza, de telemarketing, bem como as mais recentes paralisações de trabalhadores de fast-food provaram o que não precisava ser provado: que se a burguesia e o Estado mantêm condições de exploração, a classe trabalhadora também é capaz de se reorganizar e retomar suas ferramentas históricas de luta.

A atual conjuntura explicita, então, duas crises - que se articulam e estão intimamente relacionadas. Uma é a crise econômica propriamente dita que se coloca de maneira cada vez mais evidente entre o fim do ano passado e o início de 2015 e se cristaliza tanto nos ataques diretos - pela ofensiva aos salários e empregos - como nos ataques indiretos e generalizados - hoje colocados principalmente pelas MPs 664 e 665, que limitam ainda mais os abonos, seguros desemprego e auxílios doença, e o PL 4330 da terceirização.

Outra é a crise política, que vem se arrastando há muitos anos, ganhou novo relevo a partir do período de recessão econômica e tem se materializado por dois caminhos principais. O primeiro pelo total desgaste do aparato institucional burguês, que não canaliza mais os anseios do conjunto da classe trabalhadora, verificado principalmente pelos altos índices de abstenções e de votos brancos e nulos nas eleições a nível estadual e federal ocorridas no ano passado, como também pelos índices de desaprovação a diversas gestões do Estado expresso no crescente número de greves do funcionalismo público - que em grande parte tem como inimigo direto um burocrata estatal, seja ele a nível municipal, estadual ou federal. E o segundo pelo constante movimento de superação das direções tradicionalmente burocráticas e atreladas ao Estado e à patronal nas lutas de trabalhadores. Como se observou intensamente em greves como a dos professores do município do Rio de Janeiro em 2013, dos garis do Rio de Janeiro de 2014 e dos rodoviários de São Paulo também no ano

passado, e como se pode observar constantemente em assembleias de diversas categorias, quando é constatado o desgaste dessas direções que, encurralados pelo antagonismo inconciliável dos interesses dos estatistas de seus partidos com os interesses de suas próprias categorias, não mais conseguem responder à sua base.

Estas crises - política e econômica - remontam ainda a uma outra, esta que não se coloca a nível social com a mesma expressividade das duas, mas que tem íntima relação com elas, por se tratar da crise do projeto político que nos colocou no momento em que nos encontramos agora, tanto porque gerenciou o Estado burguês nos últimos doze anos, quanto porque se apresentou durante quase trinta anos como o projeto político da classe trabalhadora brasileira: a crise do PT e da social-democracia.

1.2) CRISE DA SOCIAL DEMOCRACIA

O projeto político socialdemocrata, que se expressa em nossas terras principalmente no PT, está sangrando. O "sangramento" do PT deve ser entendido como uma mera gota de sangue na incurável ferida aberta que aflige a socialdemocracia petista e mundial. A culpa por essa situação moribunda é, acima de qualquer outro fator, tanto das próprias limitações políticas do projeto socialdemocrata, quanto de transformações político-econômicas na ordem capitalista global.

O horizonte do projeto socialdemocrata é a constituição de um Estado de bem-estar social através de diversas reformas. Abandona-se uma perspectiva revolucionária e, tirada esta do quadro, o importante torna-se conseguir reformas afim dos trabalhadores sofrerem uma exploração mais amena. Em outras palavras, permuta-se o socialismo por um capitalismo de bem-estar, humanizado, conformando-se assim a aceitação fatalista da permanência talvez eterna do regime capitalista e estatista. O importante torna-se, então, lutar tão somente por melhorias imediatas e imediatistas, sem qualquer necessidade de um horizonte revolucionário concreto. O projeto socialdemocrata leva a lógica da miséria do possível ao seu cúmulo.

A partir da década de 1980, o projeto socialdemocrata terá um crescimento vertiginoso, hegemonzando a esquerda ocidental, e instaurando reformas em diversos países da Europa. Situação esta que possibilitou a execução de programas de reformas democráticas, consolidando, assim, efetivos Estados de bem-estar social. Na Europa ocidental quase que como um todo estabeleceu-se um amplo leque de serviços e direitos à classe trabalhadora, garantidos diretamente pelo aparato estatal.

Já no Brasil, ainda que a classe trabalhadora tenha igualmente abraçado o projeto socialdemocrata - conformando já em fins da década de 70 e início da década de 80 o Partido dos Trabalhadores, principalmente a partir da militância do “novo sindicalismo” da CUT, estudantil da UNE, de pastorais católicas e de intelectuais progressistas - este só chegará ao poder duas décadas depois, em 2002 com a eleição de Lula. Mas, diferente do caso europeu, o Estado de bem-estar social nunca chegou a ser uma realidade em terras brasileiras – mesmo a política aplicada pelos governos de Lula e Dilma são melhores caracterizadas como liberal-desenvolvimentistas do que como socialdemocratas, ainda que no nível do discurso tenha se mantido essencialmente neste campo.

Afim de compreender tanto a crise do Estado de bem-estar social europeu quanto a contradição entre o discurso social reformista do PT e sua prática política pouquíssimo diferente dos governantes precedentes, faz-se necessário pontuar duas questões que se colocam como premissas para o estabelecimento de um Estado de bem-estar social através de um projeto político socialdemocrata.

Primeiramente, dado as leis de funcionamento do capitalismo monopolista, para um Estado poder oferecer direitos e condições de trabalho melhores do que o padrão de vida médio da classe trabalhadora global, faz-se necessário que este ocupe um lugar central na atual partilha imperialista do mundo. Em outras palavras, faz-se necessário que ele concentre boa parte da mais-valia mundial. Em segundo lugar, igualmente é necessário uma certa estabilidade econômica e política mundial. Ou seja, é necessário que o pacto que determina a partilha imperialista do mundo esteja num momento estável.

A primeira premissa (ainda mais somada à segunda) nos ajuda a entender por exemplo, a enorme distância entre o discurso socialdemocrata petista e sua prática liberal-desenvolvimentista, dado que é simplesmente inviável a constituição de um estado de bem-estar social no Brasil - a menos, é claro, que este se torne uma potência imperialista mundial, o que não parece estar na ordem do dia. Independente do discurso socialdemocrata repetido exaustivamente pelo petismo, sua política efetivamente passou longe disso. Caracterizou-se como um misto de liberalismo, com desenvolvimentismo. Dada a material impossibilidade de caminhar rumo ao Estado de bem estar-social, o PT acabou por se construir com políticas assistencialistas voltadas aos setores mais marginalizados da sociedade, por um lado, e por outro, mantendo as políticas para a alta burguesia com os ataques à ampla parcela da classe trabalhadora. Mais recentemente, inclusive, mesmo esses poucos, limitados e frágeis programas assistencialistas estão sendo colocados em xeque com o aprofundamento da crise econômica – com a escalada da inflação, o valor real de bolsas

assistenciais, como o bolsa-família, vão pelo ralo. Paralelamente a este recuo nos programas sociais petistas, os ataques à classe trabalhadora em seu conjunto são intensificados cada vez mais: seja através de Medidas Provisórias oriundas do próprio governo, como a 664 e a 665 – que restringem e precarizam alguns direitos trabalhistas como o seguro desemprego – seja através de projetos de leis como o 4330 – que abre a possibilidade de terceirização de atividades-fim. Também se nota que foram exatamente as verbas destinadas à expansão das universidades públicas federais as primeiras a serem brutalmente cortadas neste segundo governo de Dilma.

Já a segunda premissa, ajuda-nos a compreender a crise da socialdemocracia europeia: ela é resultado imediato da crise capitalista global e da reorganização da partilha do mundo entre as potências imperialistas / empresas monopolistas. Vitórias eleitorais, como a do Syriza na Grécia, ou uma possível vitória do Podemos na Espanha, são incapazes de alterar essa situação estrutural.

O sangramento do PT é certo, inevitável, incontornável e independe do latido de outros estatistas. E, para aqueles que não compactuam com o projeto socialdemocrata, é de alguma maneira desejável, pois abre espaço para e impõe a necessidade de constituição de projetos políticos outros - que melhor se adequem à conjuntura contemporânea e ao território que habitamos e consigam, assim, dar respostas que apontem para uma solução efetiva dos problemas que assolam a nossa classe. Solução a qual inexoravelmente passa por uma revolução social.

2) MÉTODO DE ANÁLISE MATERIALISTA DIALÉTICO

As divergências entre anarquistas e marxistas foram colocadas e debatidas desde quando o movimento operário ainda iniciava. Desde a Associação Internacional dos Trabalhadores, e a disputa centrada ao redor das figuras de Bakunin e Marx, acompanhamos o distanciamento entre as duas correntes – muitas vezes consideradas praticamente como opostas entre si. Apesar de entendermos a necessidade dessa distinção – que não se centra somente em picuinhas ou mal entendidos – acreditamos que esta por vezes provocou resultados muito perniciosos à nossa corrente política. Entre estes, deve-se citar o abandono de uma perspectiva materialista-dialética de análise por grande parte das organizações anarquistas. Ao renunciar a este método, taxando-o como fruto de uma linha “autoritária”, ou como um método mecanicista, determinista e teleológico, acreditamos que não só se cometeu um grande erro, como, no limite, condenou o anarquismo à ineficiência política. Defesas de diferenciações abstratas entre ideologias e teorias, e de percepções mais fluidas e adaptadas a um contexto que supostamente estaria além do capitalismo, pouco nos fizeram avançar, assim como são causa e expressão de grande parte de nossa dispersão atual.

Todas essas negações tem como resultado último o que hoje enfrentamos: a ausência de método capaz de colocar o anarquismo no lugar que deveria estar, no centro da luta de classes e com um papel preponderante e de grande influência. Além do fato de expressarem o total comodismo que, perdido atualmente em divagações e disputas infantis, prefere um isolamento dogmático e sectário – inclusive com relação ao próprio operariado – a aproveitar um método que muito avançou em dar respostas à luta dos trabalhadores, fazendo as devidas modificações e correções que se fizeram e fazem necessárias.

Não tememos em afirmar que a teoria que buscamos projeta nossos anseios e objetivos, bem como delineiam nossas táticas e estratégias, e que essa teoria tem como pressuposto o materialismo-dialético. Fazemos assim, pois não só observamos, como sentimos a contradição entre capital e trabalho, burguesia, Estado e proletariado, em nosso dia-a-dia com toda a sua materialidade. Fazemos assim, pois por mais “complexas” e “adaptadas” que sejam as “novas” teorias, estas não colocam o cerne da questão, não colocam o dedo na ferida e, por isso, não são capazes de dar respostas aos desafios colocados para nós na atual conjuntura – situada ainda em uma sociedade regida pelo modo de produção capitalista. Ou seja, encontramos no materialismo-dialético um de nossos referenciais, pois compreendemos que a luta de classes é sim o fator essencial no mundo de hoje, e que a atuação anarquista deve incidir justamente sobre ela e junto à classe trabalhadora.

Nesse sentido, buscamos a teoria para orientar a nossa prática e enxergamos nossa prática

como o teste último de nossa teoria, sem fazer distinções mecânicas e platônicas entre ambas. Afinal, não procuramos a contemplação ou a abstração absolutas, mas a real e efetiva intervenção nos rumos da sociedade atual, tendo como fim a revolução social da classe trabalhadora, ou seja, estabelecendo uma relação dialética entre ideia e matéria, fazendo da última o critério de verdade da primeira. A ausência desse atrelamento entre teoria e prática, e a quase total abstenção de desenvolvimento teórico visando à militância revolucionária, é para nós um dos principais fatores que relegaram o anarquismo à irrelevância, tendo de ser combatida a partir de uma formulação teórica precisa e de peso imediatamente.

Partimos do materialismo-dialético para o início dessa empreitada. Reafirmando algo que jamais deveria ter saído da cabeça e dos corações anarquistas: a centralidade da classe trabalhadora como sujeito revolucionário contra o capitalismo. Fazendo deste um primeiro passo, e avançando na identificação precisa de nossos inimigos, que para nós se materializam em duas frações: capitalistas e estatistas. Pois, se por um lado cabe principalmente aos patrões os ataques imediatos à classe trabalhadora, é relegado ao Estado a responsabilidade de garantir a manutenção da relação de mais-valia, a de infligir os ataques mais difusos e gerais, quando não fazer o próprio papel de patrões – como é o caso para o funcionalismo estatal em geral – e se responsabilizar ainda por manter a ordem social burguesa com a repressão sistemática aos movimentos de resistência. Assim, percebe-se tanto um entrosamento orgânico entre esses dois segmentos da sociedade, como se pode explicar a degeneração das diversas revoluções que ocorreram ao longo do século XX que, apesar de terem atacado pilares centrais da burguesia, ao não porem fim ao Estado retrocederam aos poucos ou rapidamente.

Posto dessa forma, reservamos ao materialismo-dialético um lugar de destaque em nossa teoria e em nossa formulação tática, estratégica e programática, dando centralidade às relações sociais que garantem a manutenção e a reprodução da vida em sociedade e colocando, assim, de um lado aqueles que sustentam a exploração – o Estado e a burguesia – e de outro, a classe com capacidade de levar a cabo a revolução social internacional, que tem a real capacidade de combater de frente o modo de produção atual e construir uma nova sociedade sobre outras bases: a classe trabalhadora como detentora dos meios de produção.

3) NECESSIDADE DA ORGANIZAÇÃO

O que hoje no Brasil é conhecido por anarquismo sofre um grave vício histórico. Um vício que assola e gera um único fruto: sua inexpressividade. Evidenciada, principalmente, quando se apresenta a seguinte pergunta: qual a inserção do programa anarquista nos movimentos e nas entidades da classe trabalhadora?

As organizações próprias da classe seguem esvaziadas de uma presença anarquista significativa e organizada, relegando a experiências pontuais um projeto que deve ser – e será – maior.

Não afirmamos que não existem companheiras e companheiros que se identificam com o anarquismo nos mais diversos locais de trabalho, mobilizados e agindo nas suas categorias e sindicatos na luta contra os patrões, o Estado e as burocracias sindicais pelegas ou patronais. Ou ainda que estes não constroem as greves de suas categorias, não se encontram nos piquetes e não enfrentam a repressão do Estado e da patronal. Não se trata disso. Não se trata da disposição de luta de camaradas que reivindicam o anarquismo. Não se trata, tampouco, da inexistência de companheiros que, ainda que não se identifiquem com o anarquismo, travam uma militância classista, combativa e compromissada que, a nosso ver, é sim compatível com um programa revolucionário de viés anarquista.

Trata-se do fato de que estas e estes estão, em sua maioria, desorganizados ou articulados em organizações com programas, a nosso ver, problemáticos. A ausência de uma organização leva à inexpressividade e à nulidade política em termos práticos – restringindo-se a intervir em âmbito local e ainda assim de forma limitada. A realidade é que, atualmente, somos impotentes para superar a capacidade organizativa de outros partidos e organizações inseridos em nossas categorias. Essas organizações de variados recortes ideológicos, efetivamente possuem relevância na direção dos movimentos dos trabalhadores como um todo, pois apresentam seus programas às categorias nas quais estão inseridas e estes são abraçados pela classe. Se a militância anarquista não conseguiu se organizar para apresentar um programa para a classe trabalhadora que pudesse travar o embate necessário com os demais programas socialistas, a responsabilidade é toda das próprias pessoas que reivindicam o anarquismo.

É nossa a culpa por não termos uma organização consolidada, com capilaridade, inserida nas mais diversas trincheiras da luta de classes, com um programa revolucionário coeso e coerente que possa ser apropriado, fortalecido e construído pelas diversas categorias e levado adiante pela classe trabalhadora.

A luta de classes impõe a necessidade da organização da vanguarda militante em um organismo que tenha como horizonte um programa anarquista revolucionário. Sem medo das palavras, é preciso romper com o revisionismo – que jogou o anarquismo e a revolução social às traças - e recuperar a força das organizações nascidas no seio da classe trabalhadora, e com o nome que lhes cabe historicamente. Poderíamos aderir a qualquer eufemismo que fosse mais palatável às influências pós-modernas, mas seremos aqui - como em nossa prática - responsáveis com o nosso projeto político.

Este projeto é a construção de um partido que seja capaz de dirigir a luta organizada dos trabalhadores. Um partido que incorpore a vanguarda da classe trabalhadora disposta a pôr em prática o programa anarquista. Que aglutine em seu interior os elementos militantes dos mais diversos setores da classe, ao redor de uma unidade tática, estratégica, programática e teórica e sob o compromisso básico da responsabilidade coletiva e da disciplina revolucionária.

Urge a formulação deste programa, que, tendo suas origens na materialidade da luta de classes e sua aplicabilidade na mesma, seja abraçado pelo conjunto de nossa classe e levado adiante por esta.

Não defendemos um partido eleitoreiro. Devemos aglutinar as companheiras e os companheiros mais presentes em suas respectivas categorias, compromissados nos processos de luta e que sejam capazes de mobilizar o conjunto dos trabalhadores. Devemos criar um partido de vanguarda. Não a pretensa e autodefinida vanguarda intelectual, apartada da organicidade da luta de classes, mas sim a vanguarda nascida no seio do enfrentamento entre trabalhadores e capitalistas, forjada naquele que é o seu local central de atuação.

Surgindo da experiência militante e da constatação material de que é necessária a criação desta organização, a Aliança Anarquista deverá levar a cabo, no interior da classe trabalhadora, através da organização, da ofensiva e das ferramentas historicamente consolidadas pelos trabalhadores em luta, um programa capaz de corresponder aos anseios da classe, e assim cumprir sua tarefa revolucionária.

3.1) DIVERGÊNCIA COM AS ATUAIS CORRENTES PRÓXIMAS DO ANARQUISMO

Bastante já foi apresentado neste manifesto acerca das debilidades atuais do que se coloca como anarquismo, mas nós não somos os únicos a perceber a necessidade de organização. Desta forma existem no cenário político de espectro anarquista principalmente duas linhas de atuação com as quais achamos relevante pontuar nossas discordâncias, para explicar por que sustentamos que

elas não são suficientes para dar as respostas ao acirramento da luta de classes e orientar um projeto revolucionário. Uma denominada como autonomismo e outra como especificismo.

O questionamento a estas linhas não repousa em uma crítica individual às pessoas que as compõem. Sabemos que o coração dos companheiros bate à esquerda, e que há muita militância compromissada em ambas as linhas políticas, mas identificamos pontos problemáticos nestas que acabam servindo de entrave para a potência política dos próprios companheiros nelas inseridas. A este manifesto cabe apenas apresentar as divergências que temos com estas linhas políticas, a fim de deixar explícito as razões que nos levam à criação da Aliança Anarquista e a não incorporação em qualquer uma das organizações existentes.

3.1.1) AUTONOMISMO

Inserir-se nesta definição, no cenário brasileiro, basicamente os coletivos e indivíduos inspirados pelos movimentos anti-globalização. Estes movimentos surgem com uma geração fortemente solapada pelas derrotas das revoluções socialistas do século anterior e que são marcadas pelo ascenso do neoliberalismo. Não à toa estes movimentos eclodem apartados da classe trabalhadora como sujeito revolucionário e repousam a sua espinha dorsal apenas na juventude rebelde. Neste mesmo momento se vivia, de forma ainda mais recente, o impacto mundial da derrota da greve de quase um ano dos mineiros na Inglaterra - esta que parecia o último sopro de esperança da classe frente ao avanço cada vez mais violento de um sistema capitalista que buscava se reerguer das crises dos anos anteriores – e o fim do socialismo real com a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética. Não cabe a este manifesto discorrer largamente sobre o que foram estes "movimentos anti-globalização", mas analisar como estas influências ditam atuações políticas de alguns coletivos até hoje.

Parece que as heranças de um autonomismo que teve suas primeiras reuniões nas sedes de organizações muito próximas ao PT, não deixou para trás os vacilos reformistas e socialdemocratas. A organização em coletivos temáticos deixa explícito o abandono de uma compreensão geral da raiz dos problemas e acaba fazendo, ainda que involuntariamente, coro às vertentes crenes de que o possível é tão somente chegar a um “capitalismo humanizado”, fruto do acúmulo de reformas. Esta atuação evidencia uma posição política que coloca o capitalismo como vencedor e o socialismo como inatingível.

Esta posição derrotista frente ao capitalismo leva todos os coletivos autonomistas a atuar, ora exigindo reformas encerradas em si mesmas, ora atuando de forma completamente isolada apenas entre um restrito grupo de pessoas. Seja o caminho que o coletivo opte por trilhar, é ponto comum

no autonomismo recair suas atuações para os campos culturais e comportamentais. A fraqueza teórica, a descrença na classe e na necessidade de derrotar o capitalismo - não no mundo das ideias, mas concretamente - e a inexistência de um partido com um programa revolucionário são as demonstrações de um projeto político que precisa ser superado.

Sabemos que há, no cerne do movimento autônomo, uma compreensão real da necessidade de articulação de todos estes grupos que atuam isolados em seus próprios temas. Desde-o seu início, nos idos da década de 1990 até hoje, existem incansáveis tentativas de manter as dezenas de coletivos articulados para que tentem traçar caminhos conjuntos. Mas estas tentativas foram frustradas, são frustradas e, ao que tudo indica, continuarão sendo. Acreditar em atuações isoladas, que não são articuladas estruturalmente no mesmo projeto estratégico e tático é não perceber o que a prática já deixou explícito: a ausência de um programa, de um método de análise sólido e o abandono da militância nos movimentos da classe trabalhadora e da sua juventude combativa, leva inevitavelmente o autonomismo para as eternas rodas de conversa sobre experiências que morreram em si mesmas, ou que até hoje estão reunidas em um projeto que, infelizmente, não sabe como e aonde quer chegar.

Apesar de algumas vezes caminharem no sentido de compreender a necessidade material de uma organização bem consolidada, o sectarismo intrínseco a estes agrupamentos fazem com que, além de rechaçarem uma organização sólida própria, coloquem no campo do inimigo toda e qualquer organização que não seja sua imagem e semelhança. Este vício sectário é, para nós, um dos problemas centrais.

A incapacidade de compreender as diferenças entre as diversas organizações do campo da própria esquerda demonstra uma total superficialidade e desconhecimento das dinâmicas e organizações da classe trabalhadora, e levam ao rechaço - por parte dos autonomistas - das próprias organizações da classe. Ao ser incapaz de separar a crítica às direções burocráticas e/ou patronais dos sindicatos, o movimento autônomo rechaça o próprio sindicato - quando não a categoria como um todo. Ao não aceitar que organizações possam ter avaliações diferentes sobre quais os passos para a destruição do capitalismo e que é no debate e na disputa aberta que os programas se chocam e avançam, o autonomismo coloca-se em um lugar de superioridade iluminada. Esta mesma superioridade iluminada que dizem combater quando rejeitam qualquer definição de vanguarda.

Quem mais, se não o próprio capital e o Estado, possui interesses em organizações soltas, "fluidas", que se reúnem no pico de algumas mobilizações e depois não conseguem se manter organizadas? A quem interessa estas limitações que fazem com que uma enorme vontade de destruir

o sistema capitalista seja diluída em frágeis palavras de efeito e publicações que pairam apenas no nível do imaginário, e não conseguem colocar os pés no chão e reconhecer que a rebeldia encerrada em si mesma simplesmente não alcança o objetivo final? A descrença na possibilidade da revolução socialista faz com que os companheiros criem ilhas de sobrevivência em meio ao capital, mantenham entre seu círculo de amigos práticas "alternativas" e abandonem completamente os milhares de outros trabalhadores que, por condições materiais, não podem se dar ao luxo de viver numa suposta sociedade alheia ao sistema. Para que algumas dezenas possam sustentar um padrão de vida “underground”, centenas de milhares de trabalhadores continuam escravos de um sistema que só os remunera para que continuem vivos e possam seguir produzindo para o benefício dos donos dos meios de produção.

Repleto de muitas vontades, o autonomismo, apaixonado por si mesmo, jamais conseguirá intervir de forma efetiva para a emancipação da classe trabalhadora. Não são nossos inimigos de classe, mas para nós, o autonomismo está fadado à completa nulidade. Todas as pessoas que o sustentam, ao não romperem com esta vertente, serão levados a reboque da revolução socialista que só se concretizará quando a classe trabalhadora alterar, com sua própria força, as relações de produção de nossa sociedade e obtiver o controle sobre os meios de produção.

3.1.2) ESPECIFISTAS

Surgidas no Brasil em fins da década de 90, as organizações especificistas consolidam-se nos primeiros anos da década de 2000, nutridas, assim como nós, por críticas ao abandono da luta de classes por parte das então existentes organizações próximas ao anarquismo.

As organizações especificistas avançam em muitos pontos, como na necessidade de atuar junto à classe trabalhadora e sobre a urgência da construção de uma organização anarquista. Mas ainda sustentam diversos vícios das outras tendências “próximas” ao anarquismo, o que invariavelmente os levou a uma frágil formulação teórica e conseqüentemente programática. Pode-se perceber esta fragilidade a partir de um vício inerente às organizações desta corrente: a oposição mecânica e absoluta a qualquer conceito ou contribuição vinda do marxismo, e a outra face da mesma moeda, a aceitação de quase toda e qualquer formulação autointitulada anarquista. Isto as leva, por exemplo, não apenas a negar o materialismo, como recair no revisionismo de conceitos, tal como redefinir “vanguarda” pelo moderno nome de “minoría ativa”, “partido” por “organização específica anarquista”, “dirigir a classe” por “ter influência”, entre muitos outros exemplos, mas também a tentar conciliar posições opostas dentro do anarquismo – como as propostas de partido anarquista cristalizadas no plataformismo e no anarquismo de Malatesta -, caindo em um purismo anarquista

inexistente e idealista.

Destas influências carregam ainda uma confusão entre a compreensão de anarquismo como um projeto socialista revolucionário da classe trabalhadora, e a compreensão – tipicamente comportamental e autonomista – de anarquismo como um conjunto de práticas, métodos e padrões culturais. Para nós, o termo anarquista designa um programa revolucionário classista e combativo, que abarque uma compreensão frente ao Estado e sua relevância na manutenção e reprodução da vida no regime capitalista, e pode também, no máximo, designar os trabalhadores engajados na execução deste programa. Discordamos da existência de coisas como: métodos anarquistas de organização e luta, princípios anarquistas, éticas anarquistas, cultura anarquista, educação anarquista. A nosso ver, o anarquismo defende os métodos e organizações próprios da classe trabalhadora, forjados especialmente nos momentos de acirramento da luta de classes. Greve não é um “método anarquista”, assim como não o são as assembleias, os comandos e as ações diretas - como cortes de rua e piquetes -, mas sim métodos tipicamente proletários. Dessa forma, o sujeito revolucionário só pode ser a própria classe trabalhadora e a nosso ver, o anarquismo deve ter como objetivo a formulação de um programa possível de ser abraçado pelo conjunto desta classe como ela realmente existe hoje, com todas suas imperfeições.

Estas fragilidades teóricas tem como consequência a ausência de um programa sólido e coerente que articule a prática tática e estratégica com um horizonte revolucionário. E se desdobra na fragilidade da própria militância das organizações especificistas que se expressa no fato de que, apesar de defender a inserção nos movimentos de trabalhadores, assume uma postura de total retaguarda dentro deles, abandonando-se a responsabilidade dos partidos junto à classe - que é estruturar um programa revolucionário a ser testado na materialidade e fazer avançar aos passos mais largos possíveis a destruição do atual sistema de exploração. O abandono do materialismo – e a escolha do frágil método de interdependência das esferas – abre precedentes ainda para a atuação culturalista e identitária por parte do especificismo, que muitas vezes assumem centralidade muito maior do que qualquer atuação na luta de classes concretas.

Dessa forma, apesar de nascer como um esforço de reorganização do anarquismo na América Latina, buscando uma atuação classista, o especificismo recai nos velhos problemas do autonomismo, continuando confinando aos seus nichos alternativos e, conseqüentemente, à sua inexpressividade política. Ou seja, o que é visível tanto pela teoria, quanto pela prática especificistas é que, apesar das críticas e das bonitas palavras e jargões, estas não romperam efetivamente com o autonomismo, sendo o fim reservado para um, o mesmo para o outro.

3.2) DIVERGÊNCIAS COM MARXISTAS

Antes de mais nada, faz-se necessário explicitar que as origens históricas do comunismo e do anarquismo revolucionário são praticamente as mesmas – ambos se estruturam efetivamente na 1ª parte da 2ª metade do século XIX dentro da famosa Associação Internacional de Trabalhadores (AIT). Assim sendo, como é de se esperar, grande parte dos pilares essenciais que as caracterizam são comuns às duas vertentes socialistas: o método de análise materialista dialético da realidade; a perspectiva proletária classista; uma sociedade de trabalhadores sem Estado, onde os meios de produção seriam geridos por eles próprios, como horizonte; a importância da organização partidária do proletariado. Mas também, até mesmo no âmbito estratégico programático há parcial consenso – tanto o comunismo, como o anarquismo compartilhavam (e compartilham): a necessidade da revolução violenta; o combate incessante à conciliação de classes; assim como o foco nas organizações de resistência de trabalhadores (sindicatos e seus variantes).

Contudo, é imprescindível reconhecer que o anarquismo teve grande importância somente nas décadas finais do século XIX e nas primeiras duas ou três décadas do século XX. A partir de então, o marxismo paulatinamente hegemonizará o movimento da classe trabalhadora – seja por suas correntes revisionistas reformistas, seja por sua vertente comunista revolucionária. Os casos contrários são tão poucos e localizados – como a do anarcossindicalismo da CNT/FAI na Catalunha até fins da década de 30 – que podem com justeza serem tachados de exceção. Todavia, exemplos como este bastam para mostrar que a partir de seus próprios equívocos, o anarquismo se tornou minoritário no movimento revolucionário.

A constatação da quase total irrelevância do anarquismo em um longo período das lutas da classe trabalhadora é importante pois evidencia a necessidade, para nós anarquistas revolucionários, de nos apropriarmos dos avanços e acúmulos desenvolvidos a partir das lutas dirigidas e teorizadas por marxistas. Desconsiderar a totalidade das práticas e teorias formuladas e experimentadas pelos companheiros comunistas, negando mecanicamente esta corrente equivale, assim, a defenestrar a maior parte do esforço, sangue e suor, realizado pelo proletariado revolucionário no último século. Atitude a qual não pode demonstrar outra coisa senão puro sectarismo e ingenuidade política. Afinal, se virarmos as costas para todos esses aprendizados, nós anarquistas seremos incapazes de extrair as devidas lições da luta de classe revolucionária do século XX, o que nos impossibilitará de ter qualquer relevância nos processos revolucionários que acontecem e acontecerão no século XXI. Correremos o risco, inclusive, de termos o mesmo destino das outras correntes socialistas pré-proletárias ou pequeno-burguesas: nos tornarmos uma espécie de peça exótica no museu da história da luta dos trabalhadores contra seus exploradores.

Não pretendemos de maneira alguma tirar da cartola alguma espécie de corrente híbrida ou de síntese entre marxismo e anarquismo – um anarco-marxismo ou um marxismo libertário. O que nos faz reivindicar o anarquismo e não o marxismo, mesmo entendendo como imprescindível a apropriação de práticas e teorias originárias do campo comunista, é basicamente o mesmo motivo que dividia anarquistas e comunistas na AIT: a questão do Estado e tudo o que dela decorre.

A nosso ver, a corrente comunista, realiza uma leitura reducionista do Estado, suas origens, sua importância e seu papel na manutenção e reprodução da vida na sociedade moderna. Este erro os leva a não compreender o Estado como parte fundamental da sociedade, subestimando assim tanto sua relevância quanto a necessidade de sua completa e imediata destruição. Bakunin, por sua vez, compreendia a materialidade do Estado e a importância da luta antiestatista. Ou seja, entendemos que o que nos diferencia dos comunistas é, a priori e essencialmente, uma aplicação diferente do materialismo histórico dialético, aplicação esta que nos leva a compreender o Estado como constituinte intrínseco da infraestrutura da sociedade moderna, não como superestrutura ideológica ou como consequência das contradições de classe.

Esta visão do Estado como superestrutural e ideológico não resiste a uma análise histórica rigorosa. Mesmo a partir de uma leitura de Marx, como quando aborda a Acumulação Primitiva, se evidencia o papel determinante do Estado-nação moderno tanto no processo de concentração de capital quanto no de violação das propriedades comunais feudais, gerando assim, as condições necessárias para a conformação do capitalismo moderno. Fato histórico o qual é suficiente para pôr em questão a teoria marxista de Estado.

Entretanto, essa divergência obviamente não se resume a uma mera questão teórica, diversos pontos programáticos e estratégicos dela decorrem. Gostaríamos de pontuar duas das quais nos parecem centrais: a ditadura do proletariado - compreendida como a ditadura do partido bolchevique exercida através dum Estado dito operário - e o período de transição.

A história da luta do proletariado contra seus algozes nos mostra que a organização superior da classe trabalhadora, a qual é construída em situações de ascenso revolucionário, é fundamentalmente a dos conselhos de trabalhadores delegados. Estes são escolhidos nos diferentes comitês dos locais de trabalho, dos diversos ramos que compõem a economia de uma determinada região insurreta. O proletariado ao se organizar nestes conselhos (soviets, no caso eslavo), leva a dualidade de poder para uma dimensão ampla da sociedade, instaurando inexoravelmente a questão de quem governará: os trabalhadores por via de seus conselhos, ou a burguesia através do Estado. Caso os trabalhadores derrotarem a burguesia, expandindo seus comitês a partir da expropriação das

diversas células constituintes do modo de produção e destruindo o aparato repressivo do Estado – o que impreterivelmente leva à necessidade da constituição de organizações de trabalhadores armados a serviço dos Conselhos – inicia-se o regime socialista, uma sociedade onde os trabalhadores através de suas próprias instituições e organizações – comitês, conselhos, unidades armadas, mas também, correntes, partidos e similares – dominam a ordem social e gerenciam a totalidade dos meios de produção.

Ou seja, divergimos dos comunistas frente à tese de que a ditadura do proletariado se exerce através da ditadura do Estado bolchevique e frente a existência de um período de transição. Divergências estas que, inclusive, tiveram forte presença logo a partir dos primeiros anos de regime bolchevique na Rússia. Indo contra os postulados de Lenin acerca do período de transição e da ditadura do proletariado - entendida como governo do partido bolchevique -, a dualidade de poder que se manifestava entre os sovietes e o Estado czarista, também manifestou-se entre os mesmos sovietes e o Estado bolchevique. Já nos anos entre 1917 e 1921, quando Lenin ainda governava, a dualidade entre o poder da classe trabalhadora organizada em comitês e conselhos, expressou-se nos combates entre o exército popular Makhnovista e o Exército Vermelho na Ucrânia, nas greves de São Petersburgo, na insurreição de Kronstadt, e até mesmo nos levantes camponeses que eclodiram em muitas regiões da Rússia no inverno de 1920. Não por acaso, todos estes episódios de luta de trabalhadores contra o Estado bolchevique e o Exército Vermelho, entoavam a palavra de ordem de “todo poder aos sovietes” e criticavam duramente o Estado bolchevique – o qual pretendia-se como representação efetiva da classe trabalhadora, ainda que e quando esta mesma contra ele se levantava.

Mesmo que todos estes levantes tenham saído derrotados e o regime do partido bolchevique efetivamente se consolidado, esta posição ganhou formulação programática na proposta desenvolvida pelo grupo de anarquistas exilados eslavos Dielo Trouda, conhecida como Plataforma. Programa o qual reivindicamos.

4. CONCLUSÃO

Com este manifesto almejamos lançar um desafio a todos os trabalhadores que desejam dias melhores. A todos que compreendam que, para tal, se impõe a necessidade de uma transformação profunda de nossa estrutura social. Que concordem que, se somos nós trabalhadores que cultivamos a terra de nosso alimento, operamos as máquinas industriais, escavamos os tuneis de mineração, levantamos as cidades, conduzimos os trens, limpamos as ruas e avenidas, garantimos os serviços essenciais; são, então, nossos braços que seguram os remos da nau da sociedade moderna. É nosso o trabalho que garante a manutenção e a reprodução da vida em sociedade. Resta a nós, nos livrarmos dos açoites dos algozes e da exploração dos proprietários, e tomarmos o controle da nau. Se somos nós que garantimos a vida em sociedade, por que não somos nós que mandamos nos locais de trabalho e na política? À nós, trabalhadores, impõe-se a necessidade de lutarmos organizadamente pelo poder de nossa classe. Temos a esperança de que esse manifesto toque cada trabalhador que compreenda a necessidade de ecoarmos novamente os gritos que exigiam “todo poder à classe trabalhadora”.

Muito há de ser feito inclusive dentro deste nosso partido e muitos pontos ainda estão em aberto. Lançamos neste 1º de maio o que é balizador de nossos passos, qual é a teoria a qual vamos procurar para definir nossas estratégias e atuações e aqueles que são os acordos mais elementares para nós acerca da construção deste programa. Não era possível esperar mais... a luta de classes intensifica-se a passos largos e cada momento mais de espera para a consolidação da Aliança Anarquista seria um risco.

Ousamos nos colocar nesta batalha, e sabemos que não estaremos sozinhos. Está lançado o desafio: a formulação de um programa anarquista classista e combativo. Um programa que esteja à altura da tarefa histórica de nossa época: a revolução social que dará aos trabalhadores o poder e destruirá o Capital e o Estado.

Para constituição de tal programa, partimos do anarquismo revolucionário da primeira internacional, expresso na Aliança da Democracia Socialista através da militância de Mikhail Bakunin e outros, mas também presente na revolução da Comuna de Paris. Reconhecemos a importância, também, do desenvolvimento da luta de classes no sindicalismo revolucionário e suas variantes de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Reservamos lugar de destaque para a Revolução Russa, e à presença do anarquismo revolucionário realizado predominantemente na Makhnovshchina, e, especialmente, aos acúmulos desse profundo momento da luta de classes extraídos pelo grupo de exilados eslavos Dielo Trouda. Partimos, então, do que é conhecido como

plataformismo. Entendemos a Plataforma e as contribuições de seus militantes como avanços no anarquismo revolucionário. Façamos das lutas dos trabalhadores em outros períodos um aprendizado acerca dos erros e acertos, pois o desafio a que nos lançamos é enorme.

Convocamos todas e todos os trabalhadores presentes e atuantes nas diversas trincheiras da luta de classes a edificarmos e realizarmos um programa revolucionário, e um partido que o leve a cabo. Um programa que seja capaz de, pautado na sociedade como ela efetivamente existe e nos trabalhadores reais, traçar um caminho possível de ser trilhado pelo conjunto de nossa classe rumo à revolução social!

TODO PODER À CLASSE TRABALHADORA!

Aliança Anarquista,

1º de maio de 2015.

<http://alianca-anarquista.org>